

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. SP: UNESP, 2004, pp. 119-46. (Grifos do autor; notas adicionais)

Da Liberdade e Necessidade

É certo que, quando os homens enveredam¹ pela discussão de questões que jazem² inteiramente fora do alcance das faculdades³ humanas, tais como as que se referem à origem dos mundos, ou à organização do sistema intelectual ou da região dos espíritos, eles podem ficar por longo tempo golpeando o vazio em suas infrutíferas contendas⁴, sem jamais chegar a alguma conclusão definida. Mas, se a questão diz respeito a algum assunto da vida e da experiência cotidianas, é de supor que nada poderia manter a disputa indecisa por tanto tempo a não ser algumas ambiguidades⁵ de expressão que mantêm os antagonistas⁶ imóveis a distância e impedem o efetivo início do corpo-a-corpo.

Isso tem ocorrido no caso da tão longamente debatida questão sobre a liberdade e a necessidade [...].

Espero, portanto, tornar evidente que todos os homens sempre concordaram tanto sobre a doutrina da necessidade [quanto] sobre a da liberdade, em qualquer sentido razoável que se possa dar a esses termos, e que toda a controvérsia girou até agora meramente em torno de palavras. Começaremos examinando a doutrina da necessidade.

Admite-se universalmente que a matéria, em todas as suas operações sofre a atuação de uma força necessária, e que todo efeito natural é tão precisamente determinado pela energia de sua causa que nenhum outro efeito, naquelas circunstâncias particulares, poderia ter resultado dela. A magnitude e a direção de cada movimento são prescritos com tal exatidão pelas leis da natureza que, do choque de dois corpos, haveria tanta chance de surgir uma criatura viva quanto um movimento de magnitude ou direção diferentes do que efetivamente se produziu. Se quisermos, portanto, formar uma ideia correta e precisa de necessidade, deveremos considerar de onde surge essa ideia quando a aplicamos ao movimento dos corpos.

Parece evidente que, se todas as cenas da natureza alterassem-se continuamente de tal maneira que jamais dois acontecimentos tivessem qualquer semelhança um com o outro, e cada objeto fosse sempre inteiramente novo, sem nenhuma similaridade com qualquer coisa que se tivesse visto antes, jamais teríamos chegado, nesse caso, a formar a menor ideia de necessidade, ou de uma conexão entre esses objetos. Poderíamos, sob essa hipótese⁷, dizer que um objeto ou acontecimento seguiu-se a outro, mas não que um foi produzido pelo outro. A relação de causa e efeito teria de ser absolutamente desconhecida pela humanidade. A inferência⁸ e o raciocínio relativos às operações da natureza chegariam nesse momento a um fim, restando a memória e os sentidos como os únicos canais pelos quais o conhecimento de alguma existência real poderia chegar à mente. Portanto, nossa ideia de necessidade e causação provém inteiramente da uniformidade que se observa nas operações da natureza, nas quais objetos semelhantes estão constantemente conjugados, e a mente é levada pelo hábito a inferir um deles a partir do aparecimento do outro. Nessas duas circunstâncias, esgota-se toda a necessidade que atribuímos à matéria. Fora da *conjunção* constante de objetos semelhantes, e da consequente *inferência* de um ao outro, não temos a menor ideia de qualquer necessidade ou conexão.

Se verificamos, portanto, que toda a humanidade sempre reconheceu, sem nenhuma dúvida ou hesitação que essas duas circunstâncias ocorrem nas ações voluntárias dos homens e nas operações da

¹ Enveredar: tomar um rumo, um caminho.

² Jazer: situar-se, encontrar-se; ter apoio ou fundamento.

³ Faculdade: possibilidade natural ou adquirida de fazer algo; capacidade.

⁴ Contenda: luta; rixa, discussão.

⁵ Ambiguidade: propriedade linguística de um termo só significar coisas diferentes.

⁶ Antagonista: opositor; adversário; relativo a antagonismo.

⁷ Hipótese: uma proposição ou afirmação que é aceita, independente de sua verdade ou falsidade, para se concluir algo; possibilidade de um acontecimento que se permite verificar por dedução ou por indução; suposição.

⁸ Inferência: conclusão; indução, raciocínio que se serve de indícios para chegar a uma causa.

mente, seguir-se-á que toda a humanidade sempre esteve de acordo quanto à doutrina da necessidade, e que tem polemizado até agora simplesmente por não se entenderem uns aos outros.

Quanto à primeira circunstância, isto é, a conjunção constante e regular entre acontecimentos semelhantes, podemos dar-nos talvez por satisfeitos com as seguintes considerações. Admite-se universalmente que há uma grande uniformidade nas ações dos homens em todas as épocas e nações, e que a natureza humana permanece a mesma em seus princípios e operações. Os mesmos motivos produzem sempre as mesmas ações; os mesmos acontecimentos seguem-se das mesmas causas. A ambição, a avareza, o interesse próprio, a vaidade, a amizade, a generosidade, o espírito público; essas paixões, mescladas em graus variados e distribuídas por toda a sociedade, têm sido desde o início do mundo, e ainda o são, a fonte de todas as ações e empreendimentos já observados entre a humanidade. [...]

[...] E se quisermos desmascarar qualquer fraude em história, nosso argumento mais convincente será demonstrar que as ações atribuídas a alguma pessoa estão em direta oposição ao curso da natureza, e que nenhuma motivação humana, em tais circunstâncias, poderia jamais induzir essa pessoa a uma tal conduta. [...]

[...] Mas, se não houvesse uniformidade nas ações humanas, e se todo experimento realizado nesse campo fornecesse resultados irregulares e anômalos⁹, seria impossível coletar quaisquer observações gerais referentes à humanidade, e nenhuma experiência, por mais adequadamente digerida pela reflexão, poderia servir a qualquer propósito. [...]

[...] Da observação de diversos casos paralelos, os filósofos derivam a máxima¹⁰ de que a conexão entre todas as causas e efeitos é uniformemente necessária, e que sua aparente incerteza em alguns casos deriva da oposição secreta de causas contrárias.

E, de fato, quando consideramos quão adequadamente se ligam as evidências *natural* e *moral*, formando uma única cadeia de argumentos, não hesitaremos em admitir que elas são da mesma natureza e derivam dos mesmos princípios¹¹. [...]

[...] Talvez seja difícil persuadir-nos a fixar limites tão estreitos ao entendimento humano, mas não teremos em seguida dificuldades quando viermos a aplicar essa doutrina às ações da vontade. Pois, como é evidente que estas apresentam uma conjunção regular com motivos, circunstâncias e caracteres, e como sempre fazemos inferências de uns para outros, estaremos obrigados a reconhecer explicitamente aquela necessidade que já admitimos em cada deliberação de nossa vida e em cada passo de nossa conduta e procedimento.

Prosseguindo, porém, neste projeto de reconciliação relativo à questão da liberdade e da necessidade [...] não são necessárias muitas palavras para provar [...] que toda a disputa, também nesse aspecto [da liberdade], tem sido até agora meramente verbal. Pois o que se entende por *liberdade* quando esse termo é aplicado a ações voluntárias? Com certeza, não estamos querendo dizer que as ações têm tão pouca conexão com motivos, inclinações e circunstâncias que não se sigam deles com um certo grau de uniformidade, e que esses mesmos motivos, inclinações e circunstâncias não apoiem uma inferência que nos permite concluir a existência das ações, pois esses são fatos simples e reconhecidos. Por *liberdade*, então, só nos é possível entender *um poder de agir ou não agir, de acordo com as determinações da vontade* [...].

RESUMO ORIENTATIVO: Hume associa a ideia de “necessidade” à de “causação” (ou ‘determinismo’ das coisas). Considera que isto, somado à nossa capacidade de inferir essas noções e observar a regularidade dos acontecimentos, pela forma que nos aparecem habitualmente, são ‘fatores-chave’ para podermos perceber que as determinações existem – independentemente do que se discuta delas – e que a liberdade tem a ver com podermos agir ou não segundo tal necessidade ou determinação das coisas, inclusive de nossa “vontade”.

⁹ Anômalo: fora de uma ordem (pré) estabelecida; anormal.

¹⁰ Máxima: regra de conduta; princípio geral; fórmula que expresse um valor geral

¹¹ Princípio: aquilo que serve de base ou fundamento a alguma coisa ou alguma formulação; a razão de algo.